

*O Estado de São Paulo*  
*Quinta-feira, 24 de julho de 1997*

## **A hora H da política externa**

*Próximos meses trazem discussões cruciais sobre integração hemisférica e participação em Órgão da ONU*

**MARCELO DE PAIVA ABREU\***

Os próximos meses corresponderão ao período crucial dos entendimentos sobre integração hemisférica. Poderão, também, amadurecer as articulações relacionadas à futura composição do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. A ocorrência simultânea dessas duas negociações pode conduzir a situações de grande complexidade, com reflexos sobre os interesses nacionais de longo prazo.

No terreno da integração hemisférica apresentam-se como dominantes, cada vez mais claramente, as divergências entre Brasil e EUA quanto a prazos, formas e abrangência das negociações. Os dois países têm argumentos relevantes quanto à racionalidade econômica que alicerça suas posições antagônicas.

Do lado brasileiro, a resistência justifica-se por um amplo leque de argumentos que incluem a concentração relativamente modesta do comércio do Mercosul com os EUA, a necessidade de consolidação, em um quadro de transição rumo a uma economia estabilizada, das liberalizações decorrentes do próprio Mercosul, bem como de compromissos multilaterais já assumidos. Certamente, parte significativa da reserva brasileira tem raízes de natureza essencialmente política, pois a integração hemisférica poderá envolver a redução dos graus de liberdade da política externa brasileira extra-hemisférico. Uma importante consequência da estabilização econômica e das perspectivas de volta ao crescimento é que o poder de barganha da diplomacia brasileira tende de novo a espelhar a efetiva importância econômica e geopolítica do País.

Do ponto de vista dos EUA, os dois focos de interesse da Área de Livre Comércio das Américas são a esperada compensação à América Central e ao Caribe pelas preferências concedidas ao México no âmbito do North American Free Trade Agreement (Nafta) e a abertura dos mercados do Mercosul, especialmente o do Brasil, no espírito da política de “pé-de-cabra” para a abertura rio mercados, inicialmente proposta por Carla Hills e mantida por sua sucessora no United States Trade Representative, Charlene Barchefsky.

O Mercosul representa mais de 50% do mercado para as exportações norte-americanas para o hemisfério, exclusive o Nafta. Por outro lado, para muitos dos temas que serão tratados nas negociações, inclusive o comércio no longo prazo, é o tamanho da economia que é mais relevante. O Produto Nacional Bruto do Mercosul, calculado com base em paridade do poder de compra, é equivalente a quase dois terços do produto hemisférico agregado, exclusive o Nafta. Não há dúvida quanto à importância do acesso ao Mercosul na agenda norte-americana.

Aproxima-se a decisão em Washington quanto à aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos, da autorização negociadora para o Executivo, conhecida popularmente como fast track, de tal forma que o Congresso concorde em limitar a sua manifestação futura quanto aos termos do eventual acordo hemisférico à aprovação ou rejeição in toto do pacote negociado pelo Executivo. Setembro será o mês decisivo, com muitos especialistas em humores congressuais

prevendo a aprovação da autorização para a negociação com o Chile e a negociação hemisférica.

Embora a aprovação do fast track não seja essencial para a abertura de negociações, a sua não aprovação tem tido implicações desfavoráveis sobre a capacidade negociadora dos EUA. Entretanto, não parece ser vantajoso para o Brasil enfatizar excessivamente o fato de que a posição negociadora norte-americana é enfraquecida pelas dificuldades de obtenção do fast track, pois poderia prosperar indevidamente em Washington a ideia de que, uma vez aprovado o fast track, o Brasil tenderia a adotar posição conciliadora em relação às propostas norte-americanas. Sobretudo em vista da alta probabilidade de que o fast track venha acompanhado de condições de difícil digestão, relativas a meio ambiente e normas trabalhistas. A dinâmica do crescimento demográfico no Brasil e nas principais economias mundiais indica, a manter-se o crescimento econômico no Brasil nos próximos cinco ou sete anos, mesmo que a taxas relativamente modestas, que a economia brasileira nesse horizonte temporal superaria em tamanho absoluto as economias médias europeias, tais como as da França, da Itália e do Reino Unido. É natural, portanto, que se fortaleça a posição brasileira quanto à eventual ocupação de uma das cadeiras que seriam criadas pela expansão do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

O porte das economias e das populações do México e da Argentina, outros potenciais postulantes, é significativamente menor. Além disso, a adesão mexicana ao Nafta estabeleceu algumas restrições à margem de manobra da política externa extra hemisférica do México, especialmente entre as economias em desenvolvimento. A Argentina, igualmente, a despeito de progressos recentes, tem dificuldades com a pendência relativa às Malvinas.

Os EUA teriam proposto como novos membros do Conselho de Segurança em caráter permanente, além de Alemanha e Japão, mais três países, escolhidos na América Latina, África e Ásia, de acordo com critérios definidos pelos países de cada região. Os problemas de fragmentação, especialmente críticos na África, têm inspirado propostas de representação rotativa exploradas na América Latina especialmente pela Argentina, que parece preferir uma necessariamente fugaz participação no esquema rotativo à representação permanente brasileira. Quanto mais amplo for o processo de escolha de novos membros, mais viável será a candidatura brasileira. O processo estará menos referido às temáticas regionais e, no caso da América Latina, especificamente à integração hemisférica. Essa questão polariza posições discordantes no Mercosul e, especialmente, tem Brasil de um lado e EUA e um razoável número de economias de menor porte na América Central e no Caribe do outro. A inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança deve ser encarada como reflexo natural da importância geopolítica, demográfica e econômica do País na comunidade das nações. Não deve ser ativamente pleiteada e muito menos justificar o relaxamento de posições em negociações de natureza econômica.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.